



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DA EDUCAÇÃO BÁSICA

JULIANA DE SOUZA BARRETO

A APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA NAS SÉRIES
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CAMPINA GRANDE-PB
2013

JULIANA DE SOUZA BARRETO

A APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA NAS SÉRIES
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Monografia apresentada ao Curso Especialização em Formação de Professores da Educação Básica, da Universidade Estadual da Paraíba–UEPB, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Especialista em Formação de Professores da Educação Básica, sob orientação da Prof. Dra. Paula Almeida de Castro.

CAMPINA GRANDE-PB
2013

B273a Barreto, Juliana de Souza.

A Aprendizagem da Leitura e da Escrita nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental [manuscrito] / Juliana de Souza Barreto. – 2013.

49 f.

Digitado.

Monografia (Especialização em Formação de Professores da Educação Básica) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

“Orientação: Profa. Dra. Paula Almeida de Castro, Departamento de Pedagogia”

1. Aprendizagem. 2. Leitura. 3. Escrita. 4. Alfabetização.
I. Título.

21. ed. CDD 372.6

JULIANA DE SOUZA BARRETO

A APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA NAS SÉRIES
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Monografia aprovada em 17/12/2013 Nota: 10,0

Banca Examinadora

Paula Almeida de Castro

Profa. Dra. Paula Almeida de Castro - Orientadora

Morgana Lígia de Farias Freire

Profa. Dra. Morgana Lígia de Farias Freire - Examinadora

Alessandro Frederico da Silveira

Prof. Dr. Alessandro Frederico da Silveira - Examinadora

Média Final 10,0

Aos meus queridos avós, vô
João e vó Maria, os quais,
mesmo distantes, se faziam
presentes em meu coração.
Com amor eterno.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela graça imerecida.

À minha amada mãe, por todo o seu amor.

À prof^a. Paula Castro pelo carinho e contribuição na realização deste trabalho.

“Educar é mostrar a vida a quem ainda não a viu. O Educador diz: “Veja!” -E, ao falar, aponta. O aluno olha na direção apontada e vê o que nunca viu. Seu mundo se expande. Ele fica mais rico interiormente... E, ficando mais rico interiormente, ele pode sentir mais alegria e dar mais alegria- que é a razão pela qual vivemos”.

Rubem Alves

RESUMO

O nosso trabalho tem como eixo central o conhecimento do processo de aprendizagem da leitura e escrita em crianças que se encontram em fase de alfabetização. Reconhecer como acontece esse desenvolvimento é de grande relevância aos educadores e a todos aqueles que se interessam por essa área do conhecimento, pois sabe-se que para o exercício pleno em práticas de leitura e escrita na sociedade contemporânea é necessário mais do que a capacidade de decodificar os signos linguísticos. A presente pesquisa teve como objetivo principal conhecer como acontece o processo de aquisição do sistema de escrita alfabética e identificar como este processo pode ser efetuado de maneira que a criança torne-se leitora e escritora autônoma na sociedade atual. Para tanto, buscamos investigar na prática pedagógica de algumas professoras como elas concebem esse aprendizado e como o viabilizam na prática a fim de ensinarem seus alunos a lerem o texto e o contexto. Desse modo, percebemos que só um ensino de qualidade voltado para o exercício da língua em práticas de leitura e escrita e comprometido com a realidade social poderá oferecer aos aprendizes da língua o pleno exercício de sua cidadania.

Palavras-chave: Leitura e escrita. Aprendizagem. Alfabetização.

ABSTRACT

Our work has as its central axis knowledge of the learning process of reading and writing in children who are in the process of literacy. Recognize as this development is of great importance to educators and all those who are interested in this area of knowledge, because it is known that for the full exercise of reading and writing practices in contemporary society it is necessary more than the ability to decode the linguistic signs. The present research had as main objective to meet as the acquisition process of the alphabetic writing system and identify how this can be done in a way that the child become a reader and a writer of autonomy in current society. To this end, we seek to investigate the pedagogical practice of some teachers as they conceive this learning and as the enable in practice in order to teach their students to read the text and the context. Thereby, we realized that only a quality education geared to the exercise of language in reading and writing practices and committed to the social reality can provide to learners of the language the full exercise of their citizenship.

Keywords: Reading and writing. Learning. Literacy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 A LEITURA E SUA RELAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	12
1.1 Leitura.....	12
1.2 A língua na concepção de práticas de Alfabetização e Letramento.....	12
1.3 Semelhanças e diferenças entre Alfabetização e Letramento.....	16
1.4 A aprendizagem da leitura na escola para o exercício da cidadania.....	18
1.5 A aprendizagem da leitura na escola.....	21
2 O DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM ESCRITA.....	25
2.1 Os níveis de escrita.....	27
2.2 Os estágios de desenvolvimento piagetianos.....	30
2.3 A abordagem sócio interacionista de Vygotsky no aprendizado.....	32
3 METODOLOGIA.....	35
4 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	47
APÊNDICE	

INTRODUÇÃO

A presente monografia trata do tema da aprendizagem da leitura e da escrita em crianças em fase de alfabetização. Enfatizamos que ser alfabetizado vai muito além da mera decodificação de letras, sílabas e palavras soltas e que para exercer uma leitura competente o indivíduo precisa está em estado de letramento, pois essa condição o capacita para o entendimento efetivo dos textos lidos por ele, bem como sua utilização em práticas sociais de leitura e escrita.

A criança já chega a escola com um vasto conhecimento de mundo, o qual deve ser respeitado e valorizado pelo professor. É a partir das primeiras experiências com os diversos tipos de material impresso em casa e na escola que as crianças poderão desenvolver com mais facilidade seu conhecimento sobre a língua, por isso a importância de se oportunizar a elas desde a mais tenra idade esse contato valioso com os livros e demais materiais impressos.

Apesar do grande número de métodos pedagógico criados ao longo dos tempos, foi percebido que eles não garantiam o sucesso do aprendizado a todas as crianças, por isso muitos estudiosos da área se envolveram em pesquisas a fim de conhecer como se dá o desenvolvimento da aprendizagem da língua nas crianças e quais seriam as estratégias mais significativas para facilitar esse processo.

Assim, neste trabalho contamos com importantes pressupostos teóricos de grandes pensadores como Ferreiro, Soares, Freire, os quais contribuíram grandemente para um maior aprofundamento teórico nessa área do conhecimento.

Uma das principais teorias que ganhou grande ênfase no processo de assimilação do código linguístico foi a proposta por Emília Ferreiro, para a qual o sujeito aprendente deve ser posto como autor do seu aprendizado, já que o mesmo durante esse processo constrói hipóteses sobre a leitura e a escrita as quais devem ser consideradas como ponte para o seu posterior aprendizado.

Desse modo, podemos constatar que muitas são as contribuições dadas pelos teóricos da educação a fim de oferecer a professores o conhecimento necessário para a realização de um trabalho significativo de leitura e escrita na escola a partir da utilização de novas estratégias de ensino com vistas ao domínio do sistema de escrita alfabética pelas crianças.

O trabalho teve como objetivo conhecer o processo de aquisição da leitura e da escrita em crianças em fase de alfabetização e como este desenvolvimento pode ser efetuado de maneira que a criança torne-se leitora e escritora autônoma na sociedade atual.

Para tanto, buscamos investigar na prática pedagógica de algumas professoras como elas concebem esse aprendizado e como o viabilizam na prática a fim de atingirem o sucesso do aprendizado em seus alunos.

Diante do resultado, podemos perceber que esforços entre família e escola precisam ser efetivados, pois é de extrema importância que toda criança possa ter acesso ao mundo da leitura e da escrita em seu dia-a-dia de maneira a se familiarizar com as práticas letradas e conceber de forma natural o seu aprendizado. Detectamos também a partir da pesquisa de campo que muitos e sérios são os problemas enfrentados na escola e na família em relação ao conhecimento da língua, mas que mesmo assim existem professores comprometidos com sua profissão e que buscam promover um ensino de qualidade com a leitura e a escrita para os seus aprendizes.

1 A LEITURA E SUA RELAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

1.1 Leitura

Fazemos parte de uma sociedade letrada onde as informações são propagadas em uma velocidade enorme e onde os sujeitos que dela participam acabam entrelaçados nessa rede de conhecimentos e por isso exige-se deles que correspondam a essa demanda de forma competente.

Vivemos literalmente numa sociedade que privilegia a comunicação e onde há diferentes tipos materiais escritos circulando entre as pessoas, conseqüentemente o indivíduo inserido nesse contexto precisará interagir adequadamente nesse meio de propagação do conhecimento e possuir a capacidade de interpretar o montante de informações que circulam constantemente nas diferentes formas de expressões da linguagem.

A língua é entendida como um fenômeno histórico, cultural, social, dinâmico e também mutável, pois é usada de diferentes formas por diferentes pessoas, se adequando por isso, a diferentes contextos e necessidades.

Numa sociedade globalizada e dinâmica como a nossa, dominar a língua no sentido restrito da palavra, ou seja, ler e escrever, não é mais suficiente, pois os usos e funções da leitura e da escrita vem mudando consideravelmente através dos últimos anos por causa, principalmente, da necessidade de se relacionar autonomamente com os diferentes tipos de portadores de texto bem como compreendendo os seus usos sociais.

1.2A língua na concepção de práticas de Alfabetização e Letramento

Temos um novo conceito de língua, e esse conceito vai muito além da simples memorização ou decodificação dos signos linguísticos. É por isso que afirma Soares (2001) ao dizer que não basta dominar a técnica do ler e do escrever, é necessário desenvolver a competência dessas práticas nas diferentes situações de uma sociedade letrada.

Participar ativamente da sociedade contemporânea, interagindo entre os meios de circulação de informações não é tarefa fácil, é necessário além do domínio

linguístico, desenvolver competências e habilidades imprescindíveis ao uso efetivo da linguagem oral e escrita.

Em decorrência dessa nova visão de linguagem associada às práticas sociais, na esfera educacional as concepções sobre a língua também vem mudando a fim de responder às necessidades atuais que demandam dessa sociedade “letrada”.

Hoje o conceito que se tem sobre alfabetização difere bastante do conceito que se tinha numa prática tradicional de ensino. No sistema tradicional o aprendizado da língua ficava preso às normas e regras gramaticais, desvinculando-se assim de sua natureza social, como nos relata Souza (2003, p. 30) ao enfatizar que “o sujeito não interage nem se comunica com o outro por meio de letras ou de sílabas, mas de enunciados com unidade de sentido”.

Na prática tradicional da língua, a ênfase maior era dada a identificação técnica de letras, sílabas e frases desvinculadas da realidade do alunado. O seu aprendizado acontecia de maneira superficial numa relação de codificação e decodificação, desconsiderando dessa maneira, o sentido do texto e a reflexão sobre ele. Hoje temos um novo olhar sobre ela e passamos a considerar todo o contexto em que ela é produzida bem como o significado existente nela.

De acordo com as novas concepções que se tem de língua e aprendizagem, o conceito de alfabetização vai muito além da mera decodificação de palavras soltas, exige da instituição de ensino que se distancie da simples transferência de conteúdos e ensino mecânico da língua, mas que forme um aluno capaz de refletir sobre ela e interagir criticamente nas situações sociais de leitura e a escrita.

É muito comum ouvir o termo letramento quando se trata de alfabetização. Isso acontece porque antes uma pessoa para ser considerada alfabetizada, precisava apenas saber ler e escrever o próprio nome e hoje essa condição a enquadra no que chamamos de analfabetismo funcional, ou seja, a pessoa escreve o próprio nome mas não tem a capacidade de usar a leitura e a escrita de acordo com as necessidades reais que são colocadas para ela cotidianamente, ou seja, numa prática de letramento. Desse modo:

Cabe-nos colaborar na descoberta de soluções para o precário acesso que o povo brasileiro vem tendo à leitura e à escrita, mas soluções que realmente levem à inserção na cultura letrada, pois as soluções que tem sido propostas, tanto as soluções escolares quanto as soluções adotadas em movimentos de alfabetização de adultos, na verdade frequentemente camuflam, so o pretenso “alfabetizado”, aquele que, embora tenha aprendido a ler e a escrever, não se apropriou verdadeiramente da leitura e da escrita como bem simbólico de uso político, social e cultural, não se integrou realmente da cultura letrada: ao povo tem-se permitido que aprenda a ler e a escrever, não se lhe tem permitido que se torne leitor e produtor de textos (SOARES, 2013, p. 59).

A mesma autora (2001) explica o termo letramento ao conceber que o mesmo, significa o estado e a condição de quem não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de leitura e escrita na sociedade em que vive.

Já Magalhães (2012, p. 19) refere-se ao mesmo conceituando-o também como “prática social da língua escrita”. Nesse sentido, fica claro que para o indivíduo interagir de forma plena numa “sociedade letrada” como a nossa, faz-se necessário ser mais do que “alfabetizado”, ou seja, ir além da simples decifração das palavras.

Hoje mais do que nunca, é imprescindível a oferta de uma educação de qualidade para os alunos, que privilegie o significado, o sentido que as formas de leitura e de escrita assumem na vida do homem moderno, levando-os a interagir com o texto numa relação crítica e consciente.

Entendemos com isso que, para o homem fazer uso competente das práticas de leitura na sociedade atual, mais do que decodificar aquilo que está escrito ele precisa “ler” o que não está escrito, ler o texto e o contexto e ser capaz de posicionar-se criticamente diante dos fatos e interpretar os escritos que circulam socialmente, como nos diz Rios citada por Magalhães (2012), “letramentos são compreendidos como atos socioculturais concretos que são constituídos por no mínimo uma das seguintes atividades escrita, leitura e conversa relacionada ao texto escrito”.

Assim, ler de forma neutra não é suficiente, é necessário compreender o que se lê através de uma atividade crítica de reflexão, buscando relacionar o que foi lido com o contexto ao qual foi escrito.

O analfabetismo é um dos grave problemas sociais existentes entre uma grande parcela da população brasileira. De acordo com as novas concepções de aprendizagem mesmo uma pessoa dita alfabetizada, porque codifica e decodifica

palavras em seu dia-a-dia, pode ser considerada analfabeta funcional porque não elabora, interpreta, constrói e domina os usos sociais da escrita na sociedade .

De acordo com os PCNs (2001) uma pessoa alfabetizada é aquela que sabe ler e escrever, já uma pessoa letrada é aquela que vive em estado de letramento, não só sabe ler e escrever, mas usa socialmente a leitura e a escrita, respondendo adequadamente às demandas sociais.

Para Soares, o conceito de alfabetização pode ser entendido também como,

Processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita. (...) Significa adquirir a habilidade de codificar a língua oral em língua escrita (escrever) e decodificar a língua escrita em língua oral (ler). A alfabetização seria um processo de representação de fonemas em grafemas (escrever) e de grafemas em fonemas (ler). (SOARES, 2013, pp. 15-16).

Porém, mesmo a alfabetização sendo entendida como a habilidade de ler e escrever, sabemos que ela deve ser concebida como um processo que exige mais do que a simples decifração, devemos pensá-la como um processo de contínua reflexão sobre o ato de ler e escrever para não ficarmos presos a um ensino técnico, mecânico da língua e desvinculado da realidade onde ela está inserida.

Apenas ler e escrever através da codificação e decodificação, sem atribuir um sentido para isso não é mais visto como parâmetro para eleger uma pessoa alfabetizada ou não. Mas do que isso, faz-se necessário que as pessoas ditas alfabetizadas compreendam as transformações culturais, sociais, políticas e tecnológicas que ocorrem constantemente na sociedade letrada e possam entender a funcionalidade da escrita através das situações reais de comunicação que são postas para elas cotidianamente.

Desse modo, fica claro que somente ler e escrever é uma condição insuficiente para responder adequadamente as situações contemporâneas de leitura e escrita, já que as pessoas estão a todo o tempo cercadas de materiais escritos, aos quais precisam ter acesso e pleno domínio.

Soares esclarece a importância que tem a pessoa alfabetizada de compreender e fazer uso proficientemente nos meios sociais em que a língua está inserida:

Alfabetização é o processo pelo qual se admite o domínio de um código e das possibilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia do conjunto de técnicas para exercer a arte e ciência da escrita. Ao exercício efetivo e competente da técnica da escrita denomina-se letramento que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler e escrever para atingir diferentes objetivos. (SOARES, 2000, p. 91).

Numa perspectiva de letramento, uma pessoa alfabetizada, que apenas lê e escreve, sem extrair do que leu um significado, estaria distante daquilo que se pressupõe como fundamental nos dias de hoje, ou seja, não é capaz de fazer o uso social da leitura e da escrita e nem entender o seu funcionamento.

A sociedade moderna exige do homem uma nova condição no domínio da leitura e da escrita, ele precisa interagir competidamente nas práticas sociais em que a língua se encontra, como nos diz Possenti (2004, p. 48) ao concluir que “a competência da leitura e da escrita se constrói através de uma prática significativa, contextualizada e efetiva de textos variados”.

É por isso que ensinar a língua nos dias atuais significa ensinar o indivíduo que a detém a interagir nas diferentes situações sociais, ou seja, mais do que alfabetizar, é preciso letrar, buscando desenvolver nele a competência sobre a linguagem em suas diferentes modalidades de atuação.

1.3 Semelhanças e diferenças entre Alfabetização e Letramento

Sabemos da urgente necessidade de promovermos uma educação de qualidade para nossas crianças nas escolas. Didáticas de ensino que privilegiam apenas a alfabetização como conhecimento quantitativo (capacidade de ler e escrever numa dinâmica de codificação e decodificação) desprezando um conhecimento qualitativo (apreensão competente do significado da leitura e da escrita como práticas sociais) estão levando muitas crianças saírem das escolas dominando apenas o aspecto ortográfico da língua mas inseguras quanto ao seu domínio pleno em práticas sociais diversas.

O letramento surgiu como definição para aquele sujeito que não apenas domina o código escrito, mas faz uso dele de acordo com as necessidades que são postas para ele em sua relação com o mundo da escrita além dos espaços escolares.

Com a propagação das diversidades de textos e suas diferentes funções circulando na sociedade, houve a necessidade do homem se adequar a essa nova realidade através de novas habilidades e competências para fazer uso social da leitura e da escrita com autonomia.

Por isso, faz-se necessário adequar o ensino do código alfabético conciliando também com práticas de ensino que privilegiem o ensino e a funcionalidade social da língua.

Nessa perspectiva, temos a posição de Freire e Macedo (1990, p. 17) quando dizem que “a alfabetização significa adquirir língua escrita através de um processo de construção do conhecimento, dentro de um contexto discursivo de interlocuções e interação, com uma visão crítica da realidade”.

Assim, se na escola as crianças forem expostas ao convívio e ao manuseio dos diferentes portadores de textos numa prática dialógica, discursiva, reflexiva ao mesmo tempo em que é levada ao domínio do sistema de escrita alfabética, poderá sem dúvida desenvolver a habilidade de uso desse sistema em atividades sistemáticas que privilegiem também o seu uso social desde cedo.

É importante salientar que a alfabetização e o letramento embora sejam processos distintos de acordo com sua conceituação, vale notar o fato de serem também processos interdependentes, simultâneos e indissociáveis pois acontecem de forma inter-relacionada. Dessa forma, podemos entender que:

Alfabetização e letramento são, pois processos distintos, de natureza essencialmente diferentes, entretanto, são interdependentes e mesmo indissociáveis. A alfabetização a aquisição da tecnologia da escrita- não precede nem é pré requisito para o letramento, isto é, para a participação em práticas sociais de escrita, tanto assim que analfabetos podem ter um certo nível de letramento não tendo adquirido a tecnologia da escrita, além disso, a tecnologia da escrita aprendida não, como em concepções anteriores, com textos artificialmente para a aquisição das “técnicas” de leitura e de escrita, mas através de atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 2003, p. 92).

Desse modo, entendemos que a alfabetização e o letramento acontecem de forma entrelaçada desde que sejam dadas as crianças a oportunidade de vivenciarem a leitura e a escrita através de práticas sociais ao mesmo tempo em que adquirem o aprendizado sistemático do sistema de escrita alfabética. Portanto:

Alfabetizar letrando ou letrar alfabetizando pela integração e pela articulação das várias facetas processo de aprendizagem inicial da língua escrita é sem dúvida o caminho para a superação dos problemas que vimos enfrentando nesta etapa da escolarização (SOARES, 2004).

Precisamos articular nas diversas situações da aprendizagem esses dois processos distintos, mas intrínsecos, para que a alfabetização seja desenvolvida num contexto de letramento e vice-versa, a partir de situações de aprendizagem que os privilegiem simultaneamente.

É de suma importância oferecer um ensino de qualidade as crianças e permitir que as mesmas possam refletir sobre os usos sociais da escrita com os quais convivem todos os dias aliadas à uma prática significativa de alfabetização e letramento, pois só assim poderão ter êxito efetivo em sua aprendizagem como cidadã.

1.4A aprendizagem da leitura na escola para o exercício da cidadania

Existe uma grande disparidade entre os alunos que chegam as salas de aula brasileiras todos os anos, percebe-se que uma grande parte deles demonstra certa dificuldade na aprendizagem da leitura e da escrita como também uma falta de familiaridade com os recursos didáticos com que se deparam no momento de ingresso à escola.

Apesar de sabermos que desde cedo as crianças já tem acesso as mais variadas formas de linguagem escrita espalhadas na sociedade, não é de se admirar que uma boa parte dos alunos que chegam as nossas instituições de ensino deparam-se com um mundo totalmente novo e distante da sua realidade de vida.

Isso acontece porque mesmo vivendo neste mundo globalizado, repleto de informações, as vezes essa “globalização” não chega aos seus lares. As informações estão lá, espalhadas na sociedade, porém devido a uma gama de circunstâncias desfavoráveis, essas informações não se transformam em vivência e conhecimento prático para eles.

Há um grande abismo social entre os alunos do nosso país, ainda que alguns deles convivam em ambiente letrado e faça uso das práticas de leitura em seu dia-a-dia, interagindo com diferentes recursos e portadores de textos, outro montante da população está distante desse ambiente alfabetizador chegando as nossas escolas

“vazios” de experiências pessoais com o mundo da leitura e escrita, ocasionando com isso uma certa dificuldade no processo de desenvolvimento da sua aprendizagem. Sobre isso:

Numerosos estudos têm mostrado que ao compartilhar a leitura de um livro com crianças pré-escolares não apenas se cria uma atividade prazerosa, mas também se organiza um importante momento de aprendizagem... facilitam o conhecimento das funções da escrita, ao mesmo tempo em que favorecem a aprendizagem das convenções e dos conceitos relativos ao material impresso, e também atuam sobre as motivações para aprender a ler e a escrever (TEBEROSKY & COLOMER, 2003, pp. 20-21).

Crianças que não possuem em casa um ambiente alfabetizador, uma família que os inicie no mundo da leitura ou experiências com a leitura como as citadas acima, possivelmente “sofrerão” na aquisição e domínio pleno do código linguístico, bem como na atribuição de sentido a ele.

Desse modo, as crianças das classes mais favorecidas se sobrepõem as crianças de classe social mais baixa numa relação de poder já que o domínio da língua padrão acaba validando a qualidade da participação social desses alunos na sociedade. Dessa maneira:

Esse significado instrumental (aprender a ler e a escrever) atribuído à alfabetização pela escola serve, naturalmente, apenas às classes privilegiadas, para as quais aprender a ler e a escrever é, realmente, não mais que adquirir um instrumento de obtenção de conhecimentos, já que, por suas condições de classe, já dominam a forma de pensamento subjacente à língua escrita, já tem o monopólio da construção do saber considerado legítimo e já detém o poder político. Para as classes dominadas, o significado meramente instrumental atribuído à alfabetização, esvaziando-a de seu sentido político, reforça a cultura dominante e as relações de poder existentes, e afasta essas classes da participação na construção e na partilha do saber (SOARES, 2013, p. 23).

A escola no exercício de sua função social deverá garantir a essa parcela de alunos menos favorecidos, acesso irrestrito as diferentes formas de linguagem presentes na sociedade e aos seus usos sociais, oferecendo-os, dessa maneira, um ensino e aprendizado de qualidade.

Em sua função social também está a missão de incluir um ensino comprometido na luta contra as desigualdades sociais, econômicas, culturais,

políticas, a fim de garantir a todos os seus educandos o pleno exercício de sua cidadania.

É o que esclarece Soares (2001) ao afirmar que quando os indivíduos aprendem a ler e a escrever, quando participam das diferentes práticas sociais leitura e escrita, tornam-se com isso, diferentes, mudam seu estado e condição. É preciso assegurar-lhes o direito a uma educação comprometida com suas realidades de vida, acrescentando-os como pessoas e não somente como números numa sociedade tão discriminatória quanto globalizada como a nossa.

Caberá a escola nesse sentido o desenvolvimento integral do sujeito, conhecedor de seus direitos e deveres, crítico, capaz de pensar e transformar a sua vida através do conhecimento adquirido socialmente.

Deverá oferecer um ensino de qualidade, comprometido especialmente com a justiça social. Por isso:

Assegurar alfabetização, leitura e escrita precisa ser parte de um projeto de sociedade que vise à democracia e à justiça social. Isso requer, de um lado, um sólido projeto de desenvolvimento econômico e, de outro, uma política de emancipação cultural com alternativas desdobradas dentro e fora da escola. Uma política cultural efetiva é disso que necessitamos, para garantir o acesso de todos à ciência e à cultura, historicamente, produzidas por todos (KRAMER, 2012, pp. 14-15).

É no direito a uma aprendizagem sólida, de qualidade e no exercício pleno da cidadania em seu dia-a-dia que as crianças advindas de uma realidade menos favorecida poderão trazer para suas vidas as oportunidades que o conhecimento da língua pode lhes ofertar.

À escola mais do que o ensino a aprendizagem sistemática dos conhecimentos existentes na sociedade é também um local privilegiado para ensinar a educação cidadã e garantir aos seus alunos uma visão crítica a respeito de seu papel no mundo bem como a promoção de uma educação transformadora e igualitária.

A educação escolar deve ser vista essencialmente como um processo político que promove a cidadania aos seus educandos como nos alerta Soares (2013) ao dizer que à natureza complexa do processo de alfabetização, é preciso acrescentar os fatores sociais, econômicos, culturais e políticos que o condicionam. Só assim teremos a base para uma educação de qualidade que enxerga o ato educativo como

muito além da aquisição de conhecimentos mas como um ato que traz ao educando uma consciência crítica de seu papel transformador e humanitário.

1.5A aprendizagem da leitura na escola

O processo de aprendizagem da linguagem transcende os espaços escolares, pois como nos diz Freire (2000) a leitura de mundo precede a leitura da palavra. Por isso não podemos desprezar os conhecimentos já construídos pelo aluno quando este adentra à educação formal.

Sabemos que o conhecimento está presente em todos os lugares e não preso entre as quatro paredes de uma sala de aula. É por isso que o desenvolvimento e aprendizagem do sujeito acontece num processo permanente dialógico, na relação que ele estabelece com a língua e com o outro.

O conhecimento está presente e disseminado por todos os lugares em nossa sociedade globalizada. Entretanto, saber que ele existe não é o mais importante, é necessário a sua apropriação e através dele desenvolver mudanças para nossas vidas.

É imprescindível que o ensino da língua em nossas escolas seja construído de forma significativa e contextualizada no desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para que o aluno atue criticamente na sociedade e exerça sua cidadania.

Desenvolver uma prática de leitura eficiente na escola é de suma importância para a formação de alunos competentes, pois não se formam bons leitores através de um ensino fragmentado, mecânico, baseados numa educação tradicional. Hoje se tem um novo perfil de aluno e para eles o aprendizado só terá sentido se eles enxergarem um significado nisso, fazendo ponte com as experiências que vivem lá fora. Assim:

Para que a leitura e a escrita tenham um significado funcional na vida das crianças é necessário que abandonemos uma alfabetização bitolada ao treinamento perceptual e motor no período que precede a alfabetização e ao treinamento de correspondências grafofônicas durante a alfabetização propriamente dita. É necessário que transformemos a sala de aula num ambiente letrado (BUARQUE & REGO, 2003, p. 32).

Os alunos dessa nova geração precisam ser inseridos no contexto escolar e no processo de aprendizagem da leitura à partir de estratégias mais significativas de ensino e manuseio das diferentes formas de escrita presentes no meio social para que possam pensar sobre a língua e não apenas reproduzir metodicamente aquilo que lhes é ensinado.

Os PCNs (2001) deixam claro que para tornar os alunos bons leitores para desenvolver, muito mais do que a capacidade de ler, o gosto e compromisso pela leitura- a escola terá de mobilizá-los internamente, pois aprender a ler (e também ler para aprender) requer esforço. Precisa fazê-los achar que a leitura é algo interessante e desafiador, algo que conquistado plenamente, dará autonomia e independência.

Nesse sentido, a função que o professor desempenhará juntos aos educandos será decisivo para a forma como eles concebem o aprendizado da leitura em suas vidas e como o vêem como instrumento de poder para assegurar-lhe sua participação política na sociedade.

Precisamos de um novo perfil de escola e educador, os quais não devem jamais se voltar para uma prática tradicional de ensino da língua, visto que esse tipo de ensino não favorece a formação de alunos leitores, mas apenas reprodutores passivos. Desse modo:

É a escola que tem o dever (logo a obrigatoriedade) de formar leitores. Professores e professoras, alunos e alunas têm o direito de ler e de escrever. Precisam, pois, de acesso a textos dos mais diferentes tipos e a práticas reais de leitura e de escrita, práticas revestidas de significado e que se consolidem como experiências efetivas, e não como meros exercícios para prestar à contabilidade escolar e suas exigências burocráticas. Salas de leitura, bibliotecas públicas, círculos de leitura, núcleos de estudo e de leitura coletiva são, assim, espaços capazes de viabilizar as condições necessárias à formação de professores (KRAMER, 2010, p.192).

O professor é sem dúvida uma peça chave para o desenvolvimento competente da leitura em seus alunos, desenvolvendo através de uma prática pedagógica comprometida com a educação, a formação de novos leitores, apaixonados pelo que ela os pode oferecer no ingresso ao seu fantástico mundo de possibilidades.

A partir da aliança firmada entre escola e professores no compromisso com uma educação de qualidade, poderemos desenvolver habilidades e competências significativas de ensino entre os sujeitos envolvidos na aprendizagem da leitura e na construção de conhecimento .

É necessário, portanto, que o professor tenha em sua mente uma concepção atual de aprendizagem e se disponha, tanto a aprender como a oferecer aos seus alunos estratégias de ensino comprometidas com um ensino significativo da língua através da manipulação e vivência em práticas constantes de leitura e escrita e diversidade de textos. Por isso:

Para garantir ao aluno o seu direito de aprender, é indispensável que o professor também tenha assegurado o seu direito de aprender a ensinar. A competência do professor é tão importante tanto para ele como para a escola. A competência profissional também significa a capacidade de saber identificar problemas, usar e mobilizar todos os recursos existentes, inclusive os conhecimentos teóricos e práticos para exercer as diferentes demandas da atividade escolar, portanto, é ter e ser capaz de responder aos desafios que a realidade apresenta (WEISZ, 2003, p. 45).

Entendemos dessa forma, que o professor precisa também buscar aperfeiçoar-se através de cursos de formação continuada e garantir assim o seu direito de aprender a ensinar. Apreenda e se adeque aos novos pressupostos teóricos que passam a existir no desenvolvimento de novas teorias da educação. Deve usar também estratégias adequadas e contextualizadas na manipulação dos diferentes tipos de textos que circulam socialmente, contribuindo para o domínio da língua e o exercício da cidadania.

Especialmente para aqueles alunos que não têm em casa acesso à leitura e à escrita, deve oferecer em sua sala de aula um ambiente alfabetizador e rico em recursos e portadores de textos de modo a diminuir essa lacuna existente em suas vidas.

Ainda de acordo com os PCNs (2001) na formação de novos leitores é importante considerar que para aprender a ler, é preciso interagir com a diversidade de textos, testemunhar a utilização que os leitores fazem deles e participar de atos de leitura de fato.

Somente a partir dessa consciência, escola e professor poderão unir forças para a promoção de uma educação de qualidade e significativa na vida de todos os estudantes.

É imprescindível que o sistema educacional como um todo enxergue a nova realidade da educação nos dias de hoje e se adeque as novas propostas de ensino contribuindo seguramente para que tais propostas se efetivem e favoreçam um aprendizado competente da nossa língua e garanta também a formação integral do sujeito no pleno exercício de sua cidadania.

2 O DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM ESCRITA

Podemos entender que o processo da construção da aprendizagem escrita pela criança está intimamente relacionado ao significado que a língua representa para ela nessa fase de apropriação do código linguístico, uma vez que é necessário que o sujeito que a apreende possa estabelecer através dela uma relação pessoal, crítica, consciente e reflexiva com as diversas modalidades em que a língua está inserida na sociedade.

Podemos entender que a escrita é uma representação simbólica da língua, dessa forma tanto a linguagem em sua expressão oral como escrita são frutos de uma construção histórica, social e cultural e para tanto o ensino e o seu uso competente não pode deixar de estar vinculado a realidade e ao uso social que o homem realiza através dela.

Devemos mostrar à criança em seu processo de construção da linguagem escrita que a mesma está organizada dentro de algumas regras da língua padrão já estabelecidos e que para nos apropriarmos dela é necessário que conheçamos essas regras e assim possamos fazer uso competente dos signos linguísticos durante a sua aprendizagem.

Quando a criança dá início ao aprendizado da língua escrita é natural que a mesma inicialmente expresse a escrita da mesma forma como se fala, representando geralmente uma única letra para uma sílaba ou palavra. É nesse momento em que ainda não consegue estabelecer a correspondência correta entre fonema (som) e grafema (letra), que deve ser introduzido um trabalho eficiente, sistemático e contínuo da língua.

É em face a essa descoberta de signos e sons que devemos levar o aprendiz a entender que a nossa escrita é uma convenção social e que foi organizada assim baseada em um conjunto de normas e regras ortográficas a fim de facilitar o seu uso e o seu entendimento entre as partes.

Durante muito tempo as crianças foram submetidas ao ensino da linguagem escrita através de um ensino puramente tradicional e desvinculado do seu contexto social. Devido a isso, esse tipo de ensino vem sido severamente criticado por inúmeros estudiosos e educadores por fazer a criança apenas repetir de maneira mecânica o uso dos signos linguísticos numa relação passiva e impessoal sem

enxergar no seu desenvolvimento escrito alguma relação com a sua realidade e ao contexto a que está inserida, bem como um sentido prático naquilo que faz.

Não há dúvidas de que submeter as crianças a um ensino tradicional, tecnicista, desvinculado da realidade em que elas estão inseridas não corrobora para um aprendizado significativo da língua. De acordo com essa visão de ensino ultrapassado e ineficiente Barbosa (1990) enfatiza que tais métodos de ensino tradicionais de alfabetização tratam a língua escrita de forma fragmentada, desvinculada do contexto de produção, ficando presos aos aspectos gráficos, letras, sílabas e som, desprezando a construção de sentido e que esses métodos alfabetizam mas não formam leitores e escritores.

Diante dessa afirmação, somos levados a questionar e a pensar o papel que a língua aprendida na escola representa para uma grande parcela de crianças, pois temos visto as mesmas chegando ao fim do ciclo de alfabetização decodificando e reproduzindo de maneira mecânica signos que não trazem significado algum em suas vidas, como enfatiza Smolka (2003) ao dizer que essa forma de ensino tradicional impede uma construção competente da língua escrita ao expor os aprendizes a fragmentos da linguagem.

Submeter as crianças a um ensino pobre da língua, distanciando o que é ensinado dentro da sala de aula das suas reais necessidades como leitora do mundo onde interage com as mais variadas expressões da linguagem e como cidadã é fadá-la ao fracasso, pois a criança acaba interiorizando a língua aprendida na escola como algo totalmente desvinculado daquilo que vivencia lá fora.

As regras ortográficas acabam assim assumindo um lugar de destaque no processo do aprendizado quando na verdade a compreensão do significado para a criança deveria ser elevado a esse patamar. Cria-se com isso um entendimento errôneo da língua escrita quando esta se sobrepõe ao sujeito que está envolvido em seu aprendizado. À partir desse entendimento podemos concluir que:

A aprendizagem da escrita não pode ser entendida como a mera aquisição de um código gráfico que se relaciona com um código acústico, mas trata-se do desenvolvimento da capacidade de elaborar e utilizar a língua escrita nas situações e para as funções que cumpre socialmente (TEBEROSKY & COLOMER, 2003, p. 21).

Esse tipo de ensino tradicional esta alicerçado comumente numa prática de ensino que valoriza os aspectos gramaticais, ortográficos superiores aos aspectos de compreensão da língua e alfabetização plena, pois, como nos coloca Andaló (2004, p.34) “para se considerar alfabetizada, qualquer criança deve ser capaz de ler, compreender e produzir pequenos textos, sem que para isso se exija, inicialmente, perfeita correção ortográfica”.

Em detrimento dessa visão limitada, esta forma de conceber a língua no processo de ensino e aprendizado vem ao longo dos anos sofrendo severas críticas por parte de estudiosos da área por promover um ensino mecânico, impessoal e desvinculado de significados para os educandos, como também uma má formação de alunos leitores, críticos, capazes de questionar e pensar aquilo que está a sua volta.

2.2 Os níveis de escrita

Com o advento das novas teorias da aprendizagem, muitas contribuições foram dadas ao campo da educação em conhecer e reconhecer como acontece a apropriação significativa da linguagem escrita pela criança.

Caminhando nessa nova leva de conhecimentos sobre o desenvolvimento da aprendizagem, a educadora Emilia Ferreiro, psicóloga argentina nascida em 1936, em seus estudos sobre a psicogênese da alfabetização à partir da década de 70, desenvolveu suas pesquisas nessa área buscando entender como as crianças constroem a noção de leitura e escrita.

Com isso trouxe um novo olhar sobre a prática pedagógica do professor, antes voltada exclusivamente para o seu método de ensino, para o buscar conhecer como esse conhecimento é assimilado pela criança e como esta elabora o seu pensamento no processo de aprendizagem e construção da linguagem oral e escrita.

Seu estudo buscou essencialmente enxergar a criança como autora do seu próprio aprendizado à partir do seu nível de maturação e reconhecer como a mesma elabora e reelabora o seu pensar na construção da aprendizagem escrita, procurando com isso estabelecer uma ponte para o “como a criança aprende”.

Para a autora, a criança levanta “hipóteses” sobre a escrita durante a construção desse aprendizado, segundo ela a aquisição do sistema de escrita

alfabética passa por alguns estágios expressos da seguinte forma: no **nível Pré-silábico** a criança ainda não estabelece a correspondência entre o som (fonema) e a escrita (grafema) corretamente, representando, comumente no início de suas primeiras experiências em casa ou na escola, o desenho para representar uma palavra.

Algumas crianças nesse nível de escrita costumam também expressá-la variando aleatoriamente as letras, bem como a sua quantidade de acordo com o tamanho do ser que vão representar, como por exemplo ao escrever a palavra elefante e formiga.

No nível seguinte, chamado **Silábico** a criança já começa a estabelecer uma relação mais clara entre os sons da fala e sua representação escrita, estabelecendo assim uma ponte entre a quantidade de letras que vai escrever com a quantidade de pedacinhos sonoros que ouviu, geralmente transcrevendo uma letra para cada sílaba.

Naturalmente, a criança seguindo essa lógica de raciocínio e levantamento de hipóteses próprias de construção escrita, ao pensar que para cada valor sonoro que ouviu é necessário atribuir uma letra, acaba percebendo também que não necessariamente uma única letra vale para representar uma sílaba (consoante ou vogal).

À partir desse pensamento começa a fazer uma análise maior de todos os sons (fonemas) da palavra e estabelecer uma correspondência maior na hora da escrita, atribuindo, ora uma única letra para representar uma sílaba como também mais de uma letra.

É um processo gradual, dinâmico onde a criança vai interiorizando com mais facilidade a fonetização das palavras. Esse estágio da escrita é classificada por Emilia Ferreiro como **nível Silábico** da escrita.

Mas é quando chega ao nível **Alfabético** que a criança começa a de fato apresentar uma maior propriedade na correspondência entre fonema e grafema na construção escrita. Refletindo sobre os sons que compõem as palavras começa a perceber que as mesmas são compostas por unidades sonoras maiores e que para representá-la corretamente faz-se necessário que todos os fonemas estejam representados.

Para Ferreiro as crianças passam por esses estágios de maturação até compreender plenamente a natureza da nossa escrita alfabética e é necessário que

o professor as conheça para que possa auxiliar seus alunos na conquista desse aprendizado de forma competente e significativa.

É nesse processo de construção e reconstrução, de erros e acertos através de sua participação pessoal no processo de assimilação do código escrito que a criança absorve, apreende e enxerga sentido nesse aprendizado e consequentemente alcança o sucesso devido, ou seja:

Em um sentido amplo, a criança recebe informações sobre as funções, os usos, as convenções a estrutura e o significado da escrita e da linguagem escrita. Ao mesmo tempo, elabora e reelabora conhecimentos sobre os princípios organizativos, as formas de representação, os procedimentos e os conceitos linguísticos e metalinguísticos implícitos na escrita e na linguagem escrita (TEBEROSKY E COLOMER, 2003, p.19).

Vivenciar e oportunizar de maneira natural esses momentos de descoberta e assimilação da aprendizagem escrita com as crianças é garantir a elas um ensino significativo da língua rumo ao objetivo maior desse processo, sua alfabetização e formação plena como leitora e escritora do mundo e cidadã atuante no meio em que vive.

Segundo os estudos de Ferreiro (2000), um dos problemas da alfabetização das crianças, está em grande parte relacionado com a concepção que se tem da língua escrita, visto que ela tem sido concebida simplesmente como um sistema fechado, desvinculado da realidade da criança e sua aquisição como um mero processo de transcrição gráfica.

Algo que merece a atenção de todos que estão inseridos no contexto da alfabetização está no fato de que o real aprendizado das crianças acontece quando as mesmas são colocadas como agentes na construção de seu próprio saber através da mediação necessária do professor, assim:

Não podemos esperar que, ao alfabetizar-se, a criança demonstre um pleno conhecimento da ortografia. É preciso que o professor aprenda a perceber a lógica que está por trás do erro da criança. O professor que percebe esta lógica começa a criar condições de desafio e de atividades de sala de aula que levem a criança a compreender os princípios que regem a nossa ortografia alfabética (BUARQUE & REGO, 2003, p. 27).

É de suma importância o papel do professor alfabetizador neste trabalho contínuo de apropriação do sistema de escrita, comportando-se como facilitador dessa aprendizagem, pois é através de suas ações elaboradas e refletidas sobre sua própria prática pedagógica que mostrará o caminho que cada criança irá traçar rumo ao pleno domínio da natureza da escrita alfabética.

2.2 Os estágios de desenvolvimento piagetianos

Emilia Ferreiro baseou-se nos estudos do biólogo e psicólogo suíço Jean Piaget (1896-1980), do qual foi aluna, para embasar seus estudos sobre as crianças em fase de aprendizado oral e escrito.

Piaget desenvolveu a sua teoria à partir de pesquisas sobre o funcionamento da inteligência e a aquisição do conhecimento.

Para este autor, as crianças raciocinam de acordo com estruturas lógicas próprias, que evoluem conforme faixas etárias definidas e são diferentes da lógica de um adulto, mostra que elas passam por diferentes estágios de estruturação do pensamento.

De acordo com Falcão (1984) os estágios de desenvolvimento humano e estruturação do pensamento segundo Piaget, são assim dispostos:

Primeiro estágio- **Sensório-motor** (de zero a dois anos de idade): A criança neste estágio dispõe dos primeiros esquemas que são os reflexos, como sucção, deglutição e preensão palmar. Pela ação recíproca da maturação e da estimulação ambiental, novos esquemas vão surgindo da diferenciação e coordenação de esquemas anteriores e a criança passa a apresentar comportamentos de agarrar, bater, sacudir, esfregar como meios para atingir algum fim.

Segundo estágio - **Pré-operacional** (de dois a sete anos de idade): Com os progressos adquiridos no primeiro estágio a criança dá um grande salto ao atingir o domínio do simbolismo, onde um objeto ou gesto pode representar algo distinto do que é percebido. Neste estágio a criança ainda é bastante egocêntrica. Tem dificuldade de se colocar no lugar dos outros. Sua inteligência apresenta-se como intuição, que Piaget define como ato de captar o aspecto aparente da realidade, vê a realidade como um único ponto de vista. Adultos muito rígidos que frequentemente os únicos detentores da verdade e se recusam a admitir que a mesma questão possa ser interpretada de vários ângulos igualmente válidos, são pessoas ainda

bastante caracterizadas pelo pensamento egocêntrico intuitivo infantil. Este estágio se caracteriza também pela variância. Se der a uma criança uma bolinha de massa plástica e manda-la fazer uma linguíça e perguntar: onde existe mais massa? As vezes a resposta se inclina para a figura alongada porque é mais comprida, outras vezes para a bola porque ela é mais cheia. O que orienta a inteligência ainda é a percepção imediata. A criança faz a relação de que se variou a forma, variou o conteúdo.

Terceiro estágio - **Operacional-concreto** (de sete a onze anos de idade): A sequência da maturação e a influência do ambiente físico e social levam a uma importante acomodação: a operação. Se até agora o pensamento esteve dependente das ações externas que a executava, à partir de agora, ainda que continue a ação externa, a criança enriquece profundamente a capacidade de ação externa. A operação é uma ação interiorizada que apresenta uma série de características, das quais a mais importante é a reversibilidade. Isto significa que a ação direta corresponde a ação inversa. Por exemplo: separando-se o que uniu volta-se a ter a situação anterior. A realização da operação com sua característica da reversibilidade permite superar a variância do estágio anterior e a criança admitirá que se não houve acréscimo ou retirada de massa a quantidade permanece a mesma. Neste sentido, a bola e a linguíça são iguais. Neste estágio o ego é substituído pela descentralização permitindo o raciocínio à partir de ângulos diversos e está dentro do quadro da flexibilidade que caracteriza a inteligência operacional.

Quarto estágio- **Operacional formal** (de onze anos em diante): Neste último estágio, a última fase de construção da inteligência, a criança/ pré-adolescente já é capaz de fazer uma operação ao contrário, ou seja, lidar com a reversibilidade, ser capaz de retornar ao seu início. Só neste estágio e à partir dele é que a criança/ pré-adolescente poderá trabalhar com atividades mais abstratas porque começa a ter estrutura mental para fazê-lo.

De acordo com estes estágios universais de desenvolvimento humano observados por Piaget, podemos observar que existem vários tipos de assimilação e acomodação realizados pelas crianças e em cada estágio há uma característica pela qual as mesmas constroem o seu conhecimento sobre a realidade. Entre um estágio e outro existe um intermediário no qual convivem em estado de desequilíbrio as concepções do estágio anterior ou posterior.

Foi seguindo essa linha de pensamento à cerca do desenvolvimento humano posto por Piaget que Emilia Ferreiro, embasou suas pesquisas e teoria sobre o processo de aquisição do código linguístico nas crianças em fase de alfabetização, como já foi explorado anteriormente.

2.3 A abordagem sócio-interacionista de Vygotsky no aprendizado

Numa abordagem sócio- interacionista está o entendimento do psicólogo russo Lev Vygotsky (1896-1934) à cerca de como acontece o desenvolvimento humano e aquisição do aprendizado na criança.

De acordo com o seu entendimento, a criança permeia sua aprendizagem à partir de relações sociais, culturais e históricas em consonância com o outro, como afirma Rego (1995) ao pressupor que o desenvolvimento do sujeito humano se dá à partir das constantes interações sociais em que vive, já que as formas psicológicas mais sofisticadas emergem da vida social.

Para Vygotsky o processo de desenvolvimento e construção do aprendizado depende essencialmente da relação que a criança estabelece com o conhecimento historicamente construído e de suas relações sociais, sendo estes, os fatores preponderantes para o seu aprendizado.

Ao reconhecer as diferenças sociais a que as crianças são expostas em suas vidas, este teórico discorda do estudo de Piaget, quando este estabelece uma sequência universal de estágios cognitivos no desenvolvimento das crianças, pois ele entende que: “A maturação biológica é um fator secundário no desenvolvimento das formas complexas do comportamento humano pois essas dependem da interação da criança e sua cultura” (REGO, 1995, p. 57).

De acordo com essas duas visões de desenvolvimento humano podemos ressaltar algumas das principais diferenças entre esses dois pesquisadores e refletir sobre as contribuições dadas por eles na busca de conhecer um pouco mais sobre como acontece esse processo de amadurecimento cognitivo na criança:

*Tanto Piaget como Vygotsky enxergam a criança como um ser ativo, que constantemente cria e recria hipóteses sobre o meio em que vive;

*Piaget dá uma maior ênfase a maturação biológica enquanto Vygotsky privilegia o meio social em que ela vive ao internalizar modelos para o seu aprendizado.

*Piaget sobrepõem os aspectos biológicos sobre os do meio social (aspectos internos/ aspectos externos) e acredita que o desenvolvimento nas crianças segue uma sequência fixa e por isso universal de estágios, já Vygotsky não aceita essa visão universal de desenvolvimento baseados em estágios pois acredita que é o ambiente em que a criança vive que guiará sua aprendizagem;

*Piaget entende que os conhecimentos são elaborados de forma espontânea, em virtude do estágio de desenvolvimento em que a criança se encontra, do individual para o social. Vygotsky discorda desse ponto de vista ao enfatizar que o social antecede o individual no processo de desenvolvimento, já que a criança já nasce num meio organizado culturalmente socialmente;

*Piaget entende que a aprendizagem estará subordinada ao desenvolvimento biológico, distanciando a influência social sobre ela enquanto Vygotsky assegura que tanto a aprendizagem quanto o desenvolvimento estão intimamente interligados e dependentes entre si;

*Para Piaget, o pensamento existe antes da linguagem, pois entende que a linguagem enquadra-se como uma manifestação do pensamento. Em vez disso, Vygotsky concebe o pensamento e a linguagem como dois processos interdependentes entre si;

Apesar das divergências conceituais encontradas nessas duas teorias, grandes são as contribuições dadas por esses teóricos sobre o processamento do desenvolvimento humano, cabendo ao professor estabelecer uma visão crítica sobre o assunto e extrair dele aquilo que pode servir de embasamento teórico para o seu pensar e agir de maneira produtiva em seu fazer pedagógico, como nos diz Meirelles (2000, p. 22) ao enfatizar que “toda teoria pedagógica será estéril se não for viabilizada na prática”.

É notório o sucesso que advém da relação estabelecida pela criança com o seu objeto de estudo quando a mesma interage ativamente e criticamente com ele criando e recriando suas próprias hipóteses na relação com outro e corrigindo naturalmente os erros existentes no desenvolvimento desse aprendizado, como já dizia o educador Paulo Freire (2004) em suas proposições, ao afirmar que ninguém ensina ninguém, bem como ninguém aprende sozinho, mas que o resultado do aprendizado dá-se através da comunhão entre os homens, nessa troca de saberes com o outro.

Essa ambiguidade presente entre ensino tradicional (criança passiva, sozinha e dependente) e novas teorias (criança ativa, pensante e mediada pelo outro na construção da aprendizagem) trouxe um grande e significativo avanço no ensino da língua em nossas escolas e especialmente tem sido motivo de reflexão da própria prática pedagógica entre muitos educadores comprometidos com uma educação de qualidade e emancipatória para todos.

3 METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho voltado para o processo de desenvolvimento da aprendizagem da leitura e da escrita fez-se necessário um levantamento bibliográfico a fim de nos dá suporte teórico para o embasarmos cientificamente.

Para tanto, sentimos também a necessidade de ir a campo em busca de informações precisas sobre o nosso objeto de estudo a fim de analisarmos a relação teoria-prática envolvidas nas situações de aprendizagem vivenciadas nas salas de aula. Desse modo, optamos pelo tipo de pesquisa qualitativa e de caráter exploratório crendo que a mesma nos daria uma boa e sólida visão à cerca do nosso problema. Assim entendemos que:

A pesquisa exploratória compreende a etapa de escolha do tópico de investigação e de delimitação do problema, de definição do objeto, dos objetivos de construção do marco teórico conceitual dos instrumentos de coleta de dados e da exploração do campo (MINAYO 1993, p. 89).

Portanto, ao optarmos por essa forma de pesquisa estávamos cientes dos passos necessários para efetivarmos a sua validação e qual a sua importância para o campo da educação a partir do conhecimento da realidade educacional vivenciada na prática pedagógica atual em paralelo com a teoria existente sobre a mesma.

Esse tipo de pesquisa vem ganhando espaço no meio científico e por isso a escolhemos baseados especialmente no que nos diz Minayo (2003, p. 22) ao ressaltar que a “pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado”.

Acreditamos com isso que o contato feito através desse tipo de pesquisa seria muito válido, já que teríamos a nossa disposição os depoimentos reais dos sujeitos envolvidos nessa prática pedagógica e que o mesmo iria nos proporcionar como fala Gil (2004) uma maior familiaridade com o problema com vista a torná-lo mais explícito e, especialmente por este tipo de pesquisa nos assegurar um melhor aprimoramento das idéias coletadas, assim como, se constituir de um planejamento flexível que vem a possibilitar a consideração dos mais diversos aspectos relativos ao fato estudado.

Não podemos também nos privar de exaltar a validade deste trabalho na promoção do conhecimento que posteriormente será colhidos através dele, pois como enfatiza Luna (2007, p. 74) “quaisquer que sejam os referenciais teórico-metodológicos do pesquisador, bem como seus compromissos sociais, presume-se que ele inclua, entre seus objetivos para pesquisar, o crescimento do conhecimento e a ampliação do poder explicativo de sua teoria”.

Desse modo, para a concretização da nossa pesquisa, escolhemos como instrumento de investigação o questionário, por considerarmos que o mesmo nos colocaria frente a frente com a realidade do processo de alfabetização vivenciado na escola, como fala Lakatos (1991) que esse tipo de pesquisa também constitui caminho para o conhecimento da realidade.

Os sujeitos envolvidos em nossa pesquisa são alunos e professoras assim explicitados: Crianças em fase de apropriação do código linguístico entre 6 e 14 anos de idade matriculadas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. As mesmas residem tanto na área urbana do município como na área rural, notando-se aqui que a maior parte dos alunos são residentes da cidade. Sete professoras formadas no curso de pedagogia, bem como a maior parte delas com especialização na área, com tempo de atuação docente variando entre 10 e 25 anos.

Nosso *locus* de pesquisa foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Manuel Palmeira da Rocha, localizada no centro da cidade Esperança-Paraíba, esta respeitada pela população esperançense e tida como escola modelo do município. A escola citada possui apenas o Ensino Fundamental de ensino com turmas dispostas entre a pré-escola ao 9º ano. Possuindo 600 alunos matriculados entre os turnos manhã e tarde. Apresenta uma boa estrutura física constando de 13 amplas salas de aula, biblioteca, banheiro feminino e masculino, banheiro para professores, cantina, auditório, sala de computação, sala de professores, secretaria, diretoria e amplo espaço recreativo.

As perguntas presentes em nosso instrumento de pesquisa abordavam questões de suma relevância para a investigação concernente ao aprendizado da leitura e da escrita bem como para a posterior análise e reflexão, tais como: A concepção de leitura e escrita. A caracterização do trabalho pedagógico com vistas a promoção efetiva a este aprendizado. A forma de avaliação de um aluno leitor. As situações planejadas diariamente e os recursos utilizados nestas afim de promover o domínio pleno da língua. As principais dificuldades enfrentadas pelos educadores no

aprendizado da linguagem oral e escrita. A participação da escola em seu Projeto Político Pedagógico para o desenvolvimento efetivo da aprendizagem da leitura e da escrita.

Acreditamos que tal abordagem nos colocaria frente a frente com o nosso problema de estudo, a partir dos depoimentos das professoras e identificaríamos as relações estabelecidas entre os sujeitos da aprendizagem e as práticas pedagógicas existentes em todo esse processo. Desse modo, poderíamos estabelecer uma ponte sólida entre as informações coletadas em campo e a posição teórica de grandes estudiosos do assunto.

A pesquisa metodológica deteve-se a reunir dados e os analisar criticamente embasados na concepção de leitura e escrita encontradas na literatura especializada.

4 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para a realização do presente trabalho foi feito inicialmente pesquisa teórica e levantamento bibliográfico a fim de compreender melhor o processo envolvido no desenvolvimento da aprendizagem das crianças no que diz respeito a aquisição do código linguístico.

Na elaboração do nosso instrumento de pesquisa abordamos questões como: qual concepção de leitura e escrita teriam as professoras analisadas, como as mesmas caracterizavam a sua prática pedagógica, como faziam a identificação e avaliação de um aluno leitor, quais situações e recursos eram por elas planejadas a fim de propiciar um trabalho significativo com a língua na escola, quais eram as maiores dificuldades que tais professoras enfrentavam no ensino desse aprendizado e se a escola em que atuavam empreendia esforços para a formação de alunos leitores e escritores à partir de uma visão de letramento.

Tais questionamentos são de grande valia para analisar e refletir o posicionamento das educadoras frente ao seu fazer pedagógico, e em que base teórica se apoiavam para direcionar os seus trabalhos com a leitura e a escrita, pois sabemos que o professor para validar sua prática e realizar um trabalho eficiente junto aos seus alunos necessita de conhecimentos sólidos sobre como se dá o desenvolvimento desse aprendizado.

Ao analisarmos a concepção de leitura e escrita que as professoras tinham, percebemos que a maioria delas não possuíam uma concepção precisa a esse respeito, fugindo, algumas delas, em suas respostas daquilo que se tinha perguntado.

É o exemplo da professora C e E ao responderem assim respectivamente: “Para adquirir a concepção de leitura e escrita é necessário desenvolver algumas habilidades como codificar (escrever) a fala e decodificar (ler) o sistema de escrita nas mais diversas situações sociais” e “A escola tem como objetivo ensinar a criança a ler. É através da leitura que provém a escrita”.

Com isso, percebemos que as mesmas não tinham claramente estabelecidas em suas mentes uma concepção definida teoricamente sobre esse conceito. Sobre esta conceituação é importante nos basearmos de acordo com o que os Parâmetros Curriculares Nacionais estabelecem

Apesar de apresentadas em dois sub blocos, é necessário que se compreenda que leitura e escrita são práticas complementares, fortemente relacionadas, que se modificam mutuamente no processo de letramento a escrita transforma a fala (a constituição da “fala letrada”) e a fala influencia a escrita (o aparecimento dos “traços da oralidade” nos textos escritos) (BRASIL, 2001, p. 52).

As professoras D e F compartilhavam da mesma opinião ao se referir a leitura e a escrita como uma prática intrínseca ao indivíduo mesmo antes de seu contato sistemático na escola: Professora D: “A leitura e a escrita é de fundamental importância para que a criança possa ingressar no mundo letrado, porém antes mesmo de aprender a ler e a escrever de acordo com a norma culta a criança ler o mundo em que vive”. Professora F: “A leitura e a escrita se dá muito antes do aluno entrar na escola, porém será o acesso a diferentes oportunidades que fará diferença no processo, pois mais do que reproduzir o som das palavras é preciso compreendê-las”.

É importante que o educador tenha esse conhecimento de que leitura e escrita são objetos socialmente e historicamente construídos e que seus usos não se restringe unicamente a escola, porém percebemos que as mesmas não elaboraram a concepção de leitura e escrita sistematicamente.

A professora que demonstrou um conhecimento maior à cerca da concepção de leitura foi a G quando explicitou: “Ler, além de ser a apropriação do código escrito é também a atribuição de sentido que o leitor produz ao ler. Escrever é interação, é diálogo, é produção de sentido, é expressão do que sentimos”.

Sua concepção de leitura está dentro daquilo que Soares (1999) destacou ao se referir a língua ao afirmar que ela não existe apenas como processo de transmissão ou instrumento de comunicação, mas a considera como um processo de interação em que o interlocutor vai construindo sentido e significado ao longo de suas trocas linguísticas, segundo a relação que mantém com a língua, com o tema sobre o qual fala ou escreve.

Quando questionadas sobre como caracterizavam o trabalho realizados por elas com vistas à promoção efetiva da leitura e da escrita foi percebido que as mesmas preocupam-se em oferecer atividades diversificadas e contextualizadas, fugindo de um ensino tradicional que valorizava fortemente a cópia e a memorização como nos afirma a professora C: “Todo o meu trabalho é desenvolvido sem que tudo seja dado “pronto” ao aluno. Então apresento atividades que levem o aluno a pensar

e a desenvolver o raciocínio, o questionamento e a curiosidade, para o melhoramento da leitura e da escrita”.

Algo que nos deixou felizes foi perceber que as professoras dessa instituição de ensino estão sempre em busca de aperfeiçoamento para a realização dos trabalhos realizados com a leitura e a escrita em sala de aula, como foi dito: Professora F: “O trabalho desenvolvido na minha turma é bastante significativo, pois me preparo para cada vez mais ser uma boa facilitadora de conhecimentos, fazendo assim com que a leitura e a escrita se tornem mais atrativos”, professora E: “Caracterizo o meu trabalho com a leitura e a escrita como o desenvolvimento das habilidades necessárias, visando o seu aperfeiçoamento” e professora D: “O trabalho realizado é muito proveitoso, pois os alunos que não sabiam ler, conseguiram aprender, dentro do potencial de cada um”.

Em suma, analisando criticamente as respostas dadas, observamos que o trabalho realizado com leitura e escrita na escola citada busca desenvolver-se dentro dos padrões do letramento, como diz com Soares (2001, p. 23), “letramento significa a habilidade do sujeito saber fazer uso competente dos diferentes tipos de materiais escritos, compreendê-los e extrair informações para viver em uma sociedade que valoriza a informação”.

A professora B descreve assim sua prática: “Meu trabalho com leitura e escrita é desenvolvido de forma dinâmica e bem variada : textos que os alunos podem ler de memória, quadrinhos, parlendas, poesias, adivinhas, convites, bilhetes, contos, cantigas de roda. Utilizo também textos instrucionais, diferentes gêneros textuais, jogos pedagógicos que também colaboram para o desenvolvimento intelectual, raciocínio lógico matemático e regras de convivência, livros didáticos no qual fazem registros, interpretações, questionamentos, apresentações através de textos não-verbais. Através desses trabalhos faço uma avaliação do processo de construção da aprendizagem da língua escrita considerando as hipóteses conceituais provisórias, fazendo algumas intervenções para que eles possam avançar”.

É muito importante constatar a realização de um trabalho significativo da língua em nossas escolas, pois nos mostra que as crianças estão apreendendo de forma produtiva um ensino linguístico de qualidade e fazendo uso social com competência no meio em que estão inseridas.

A formação do aluno leitor é sem dúvida a grande conquista para um professor, por isso buscamos conhecer como as educadoras avaliam essa formação em seus alunos.

Observamos que três professoras comungam da mesma opinião de que o aluno leitor terá mais facilidade no desenvolvimento e assimilação de novos conhecimentos: Professora B: “Os alunos que já desenvolveram o hábito da leitura apresentam um universo bem maior de conhecimentos, enfrentando menos dificuldade nos conteúdos trabalhados”, professora D: “Se o aluno já possui o hábito da leitura, ele se torna um aluno com boa leitura e escrita e suas dificuldades se tornam menores” e professora E: “Excelente. Este aluno supera qualquer obstáculo em relação a leitura e a escrita”.

O depoimento da professora C revela que a mesma acredita que para se formar um bom leitor, a família deve oportunizar ao mesmo, acesso a livros e a leitura de histórias no seu dia-a-dia antes mesmo de ingressar na escola: “Um gênio, que no seu ambiente familiar, as pessoas já possuem o hábito da leitura, ou seja, que desde cedo seus pais já liam histórias para ele”.

Para a professora F, o aluno leitor amplia sua visão de mundo, pois tem acesso a diferentes tipos de experiências e conhecimentos: “Incentivo a prática e o hábito da leitura cada vez mais para sua boa formação cultural”. Já a professora G entende que: “Um aluno leitor é um formador de opiniões”.

Oferecer desde cedo o contato com os livros e seu mundo de possibilidades é garantia para o desenvolvimento do hábito da leitura nas crianças, por isso é tão importante que pais e professores tenham essa consciência.

Sobre as situações planejadas diariamente por elas bem como os recursos utilizados, percebemos que todas elas trabalham com atividades diversificadas juntamente com os mais variados tipos de portadores de texto presentes na sociedade para desenvolver as habilidades leitoras e escritoras entre seus alunos, tais como o trabalho desenvolvido a partir de “Poemas, poesias, contos, leitura e escrita de músicas, jornais, revistas, histórias em quadrinhos, produção e interpretação de textos, cruzadinhas, caça-palavras, rimas, listagem de palavras, bingos, ditados, reconto de histórias, confecção de cartazes, TV, vídeos, peças teatrais, entre outras”.

A professora B ainda relatou que: “Para que as crianças avancem devem ser planejadas algumas situações, rotinas bem elaboradas de leitura e escrita mesmo com aqueles que ainda não lêem e escrevem convencionalmente”.

Já a professora G relata: “As situações de leitura e escrita são cotidianas. Todos os dias um estudante compartilha uma leitura (escolhida por ele em casa) com a turma. Neste momento é a formação leitora que está sendo desenvolvida. Nas aulas de leitura e escrita são oferecidos momentos de ação-reflexão da língua no uso diário, contextualizados”.

De acordo com os PCNs (2001, p. 54) “um leitor competente só pode constituir-se mediante uma prática constante de leitura de texto, à partir de um trabalho que deve se organizar em torno da diversidade de textos que circulam socialmente”.

Percebemos que na escola analisada as educadoras possuem um compromisso à cerca da importância de se realizar um trabalho constante, diversificado, prazeroso e significativo da língua a fim de que esta faça-se presente não só no momento em que os alunos estão em sala de aula, mas que represente para eles algo necessário em seu dia-a-dia.

Ferreiro (2000, p. 25) ressalta que à partir de práticas de leitura como essas, “as crianças podem ser facilmente alfabetizáveis, desde que descubram, através de contextos sociais funcionais, que a escrita é um objeto interessante que merece ser conhecido”.

Sobre as principais dificuldades encontradas por elas no desenvolvimento da aprendizagem leitora e escritora, observamos que suas respostas foram bem parecidas e que algumas foram unânimes ao se referir ao grande número de alunos que possuem em suas turmas: Professora B: “As dificuldades encontradas são o excesso de alunos, o espaço físico inadequado a quantidade de alunos, tanto em sala como também no pátio de recreação, condições financeiras para preparar um material didático adequado ao aprendizado do aluno, falta de biblioteca que dê assistência ao aluno enquanto trabalho na sala individualmente com aqueles que necessitam de uma atenção mais especial”, Professora D: “Sim, o número de alunos, indisciplina, falta de interesse e acompanhamento da família”, Professora G: “A quantidade de alunos por turma, dificultando a assistência direta aos mesmos. A sala de aula sem estrutura física para garantir uma aprendizagem mais adequada e com acesso ao estudante. Recursos didáticos escassos e/ou inexistentes”.

Algumas professoras apresentaram com uma das principais dificuldades no aprendizado das crianças a falta de interesse dos mesmos como também a ausência de suas famílias nesse processo: Professora A: “Sim, falta de interesse de alguns alunos, falta de atenção, falta de interesse por parte dos pais”, Professora E: “Falta de apoio na aprendizagem pelos pais, pela gestão escolar, materiais didáticos de qualidade, material concreto para se trabalhar”.

As dificuldades enfrentadas realmente são bem sérias, principalmente quando foi relatada a super lotação de alunos por sala. Para existir uma boa aprendizagem é necessário que o professor disponha de alguns recursos básicos para oferecer uma maior qualidade no ensino. Entretanto, garantir a todos o aprendizado em salas com excesso de alunos é praticamente inviável.

A ausência da família também merece destaque entre as principais dificuldades, infelizmente muitos pais não possuem conhecimento para auxiliá-los ou consciência para isso, restando ao professor buscar soluções em sua prática pedagógica para solucionar tais problemas.

Por fim, em nossa pesquisa foi questionado se a escola em seu Projeto Pedagógico empreendia esforços para o alcance da boa aprendizagem dos alunos na aquisição do código linguístico.

Em relação a participação ativa da escola através de seu PPP para a melhoria da educação as respostas foram assim dispostas: Professora C: “Sim, com encontros pedagógicos, oficinas de leitura, planejamentos, enfim, situações para melhorar a metodologia do educador”, professora A: “Na maioria das vezes sim. A escola ajuda promovendo encontros pedagógicos, mas não resolve os problemas”.

Realizar encontros pedagógicos é de suma importância na vida de uma instituição de ensino e dos educadores, pois Freire (2004, p. 39) diz que “é na formação permanente dos professores, o momento fundamental da reflexão crítica sobre a prática desenvolvida por eles em sala de aula”.

Sabemos que desse contato os professores podem adquirir novos conhecimentos à partir da troca e relatos de experiências, pensar, compartilhar e refletir sobre o desempenho individual e coletivo em sala de aula.

Em contraposição a opinião de que a escola oferecia condições para o desenvolvimento da leitura e da escrita, algumas professoras ressaltaram que o maior esforço em promover uma aprendizagem de qualidade e formação ao hábito da leitura e da escrita vem do trabalho realizado individualmente pelo professor:

Professora C: “O maior esforço vem do professor”, Professora E: “Não conheço o Projeto Pedagógico da escola, mas conheço alguns trabalhos dos colegas que são muito bem desempenhados”, Professora G: “Não vejo esforços por parte da escola, vejo um esforço individual de alguns professores comprometidos com a formação do educando”.

As opiniões sobre esse ponto divergiram um pouco, mas ficou claro que na escola pesquisada o trabalho com a leitura e a escrita constitui-se como fator primordial no direcionamento de sua prática cotidiana que vislumbra a formação do bom leitor e escritor.

Após leitura, análise e reflexão dos dados colhidos, ficamos satisfeitos com o que podemos constatar no fazer pedagógico das referidas professoras, pois as mesmas demonstram compromisso com sua profissão na realização de um trabalho eficaz com a leitura e a escrita objetivando a formação plena de seus alunos enquanto cidadãos através do domínio significativo dessa linguagem.

Percebemos à partir de nossa pesquisa, que apesar das dificuldades enfrentadas na realidade de uma escola pública, as educadoras citadas buscam desenvolver um trabalho de qualidade com os seus alunos na promoção e desenvolvimento da língua aliando suas práticas pedagógicas com o conhecimento especializado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o nascimento as crianças são imersas numa sociedade letrada, dinâmica, a qual valoriza extremamente o conhecimento construído socialmente.

A leitura e a escrita como habilidades específicas para o posterior exercício nas práticas sociais da língua é tema recorrente nos discursos de muitos teóricos da educação e educadores espalhados por todo o Brasil. Hoje em dia existe uma consciência muito maior sobre a oferta de um ensino de qualidade em leitura e escrita na escola, o qual forme alunos capazes de interagir ativamente nesse contexto letrado.

Sabemos da extrema necessidade que se coloca na realidade educacional brasileira de se oferecer uma educação que viabilize não só a efetiva aquisição do código linguístico, mas principalmente a plena capacidade de interpretá-lo e conseqüentemente, refletir sobre a importância do seu uso na sociedade contemporânea como um poderoso instrumento de inserção e transformação social para o homem.

Portanto, para que na escola possa existir uma atuação pedagógica comprometida com essa realidade que se coloca especialmente em nossos dias, é de suma importância que professores conheçam e dominem o seu campo teórico a fim de oferecerem uma prática pedagógica que viabilize o sucesso na aprendizagem da leitura e da escrita em seus alunos.

Professores, gestores e família têm juntamente responsabilidade no que diz respeito a promoção da leitura e da escrita em nossas crianças, cada um ao seu modo, com maior ou menor participação nesse trajeto, mas sem dúvida com grande relevância.

Conhecer como acontece o processo de aprendizado da leitura e da escrita na criança foi o assunto principal e recorrente na elaboração deste trabalho, por isso ao analisarmos de perto como se dá a efetivação desse trabalho na prática da escola que serviu como nosso campo de pesquisa e investigação, ficamos contentes ao constatar que, apesar das dificuldades enfrentadas na realidade da escola pública brasileira, existem muitos professores comprometidos com sua profissão e que buscam oferecer um ensino efetivo da língua em nossas salas de aulas de modo a formar leitores e escritores competentes.

Isso é encorajador, pois nos faz refletir sobre a importância que tem o papel da educação na vida de muitas crianças como ponte para uma vida melhor. Somente um ensino sistemático e eficaz da linguagem oral e escrita a partir da reflexão sobre o seu significado como objeto histórico, cultural, social e o seu uso autônomo em práticas sociais de leitura e escrita é que poderemos garantir aos alunos acesso irrestrito a todas as oportunidades que a educação escolar e cidadã os pode oferecer.

REFERÊNCIAS

ANDALO, Adriane. **Didática da Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental: Alfabetização, Letramento e Produção de Texto**. 2004.

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. São Paulo: Cortez, 1990.

FALCÃO, Gérson Marinho. **Psicologia da Aprendizagem**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984.

FERREIRO, Emília. **Os Processos de Leitura e Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

_____, Emília. **Reflexão Sobre Alfabetização**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2000

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**. São Paulo: Cortez, 2000

_____, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo & MACEDO, Ronaldo. **Alfabetização: Leituras do Mundo, Leituras da Palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

KRAMER, Sonia. **Alfabetização, Leitura e Escrita: Formação do Professor em curso**. São Paulo: Ática, 2010.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: Uma introdução**. 11. Ed. São Paulo: Educ, 2007.

MAGALHÃES, Isabel. **Discursos e Práticas de Letramento: A Pesquisa Etnográfica e a Formação do Professor**. Campinas: São Paulo: Mercado das Letras, 2012.

MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 3.ed. São Paulo: Hucitec/ Abrasco, 1993.

_____, M. C. de S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 22.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

POSSENTI, Sérgio. **Por que (não) ensinam Gramática na Escola**. 5. ed. Campinas: São Paulo: Mercado das Letras, 2000.

REGO, Lúcia Lins Browne. **Alfabetização e Construtivismo: Teoria e Prática**. Editora Universitária, UFPE, 2003.

REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky: uma Perspectiva Histórico-Cultural da Educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A Criança na Fase Inicial da Escrita: Alfabetização Como Processo Discursivo**. São Paulo: Cortez, 2003.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

_____, Magda. **Letramento: um tema em Três Gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____, Magda. **Linguagem e Escola: uma Perspectiva Social**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2001.

SOUZA, Luzinete Vasconcelos. **As Proezas das Crianças em Texto e Opinião**. São Paulo: Merendas das Letras, 2003.

TEBEROSKY, Ana & COLOMER, Tereza. **Aprender a Ler e a Escrever: uma proposta Construtivista**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

WEISZ, Telma. **Uma Cultura Escolar Centrada no Direito de Aprender**. São Paulo: Ática, 2003.

APÊNDICE A – Questionário para o professor

Caro Educador

Como concluinte do curso de especialização Formação do Educador da Universidade Estadual da Paraíba e em fase de elaboração da Monografia, a qual abordará a questão da aprendizagem da leitura e da escrita evidenciado nas séries iniciais do Ensino Fundamental da Escola Pública, venho solicitar vossa valiosa ajuda na efetivação deste trabalho, no sentido de responder as questões que seguem.

Grata pela colaboração,

Juliana de Souza Barreto

Concluinte

Questionário para o professor

1. Identificação

Nome:

Formação:

Turma de atuação:

Tempo de atuação:

2. Questões:

2.1 Qual a sua concepção de leitura e escrita?

2.2 Como você caracteriza o trabalho desenvolvido em sua turma de atuação, que visa favorecer a aprendizagem da leitura e da escrita?

2.3 Como você avalia um aluno que possui o hábito da leitura?

2.4 Cite as situações planejadas habitualmente, por você, bem como os recursos utilizados nestas, favorecidos para tal aprendizagem?

2.5 Você enfrenta dificuldades nas atividades cotidianas relacionadas ao ensino da aprendizagem? Destaque as principais.

2.6 A escola como um todo, em seu projeto pedagógico, tem empreendido esforços para o alcance da boa aprendizagem e estímulo ao hábito da leitura e da escrita? Como?